

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PARANÁ: OS JARDINS-DE-INFÂNCIA PÚBLICOS EM CENA NO LIMIAR DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Gizele de **Souza** - UFPR

Introdução

Em 1900 a feminista sueca Ellen Key publicou uma obra que em seu título proclamava o século XX como o “século da criança”, uma época na qual a idade infantil aparece no centro da teorização, pesquisa, cuidado, interesses educativos, sanitários e sociais. Mas, segundo a historiadora da infância Egle Becchi (1996) sobre as crianças com idade que antecede a escola, “já no Oitocentos, educadores, filósofos, psicólogos, pediatras tinham prestado atenção, cercando de colocar este tempo do crescimento individual em uma posição do desenvolvimento coletivo, delineando-o a tipicidade, instituindo lugares e dando conselhos para a sua educação”. (Becchi, 1996, p.353, tradução minha). O repertório de saberes sobre infância, provenientes e divulgados por muitos dos profissionais já mencionados acima, revela a idéia de crianças que já

caminham rapidamente, que se fazem entender e compreendem as palavras dos adultos, que podem jogar em pequenos grupos, que demonstram de estar prontos a aprender as boas maneiras, que não parece nem implausível e nem impossível educar fora da casa delas, crianças, em instituições pré-escolares onde mestres laicos e religiosos as introduzam aos saberes do mundo (Becchi, 1996, p.353).

Associado a essa compreensão sobre a infância, outros aspectos foram relevantes na constituição de instituições de educação infantil na Europa, como a crescente industrialização e urbanização, o avanço da ciência, ou como bem expõe Angela Costa & Lilia Schwarcz (2000), a passagem do século XIX para o XX foi marcada por um “momento para sonhar e imaginar, a chegada da virada do século enchia os olhos daqueles ‘cidadãos novidadeiros’”. As autoras ainda nos lembram que as exposições universais passavam a apresentar didaticamente o progresso e a projetar o futuro, “os mapeamentos e inventos olhavam para os impasses do presente, mas de esguelha miravam o século seguinte; a ‘sciencia’ impunha-se como forma de redimir incertezas”. (Costa; Schwarcz, 2000, p.10-11).

Nesta direção, Moysés Kuhlmann Jr (2001) afirma que “o quadro das instituições educacionais se reconfigura durante a segunda metade do século XIX, compondo-se da creche e do jardim-de-infância, ao lado da escola primária, do ensino profissional, da

educação especial e de outras modalidades” e sustenta que “a absorção desses modelos de civilização e progresso combinava as referências vindas dos centros de propagação europeu e norte-americano, com as peculiaridades de cada país, segundo as suas condições culturais, econômicas, sociais, políticas”. (Kuhlmann Jr, 2001, p.13). Nesse sentido, o contexto anunciado é efervescente também para, em fins do século XIX e principalmente no início do XX, a organização das inúmeras instituições educativas para educar a infância, em espaços escolares e não escolares.

O propósito desta comunicação destina-se a examinar a constituição histórica dos jardins-de-infância públicos no Paraná em meio ao cenário da assistência à infância no estado, referente ao período das primeiras décadas do novecentos. Uma das questões nodais que apresento reside na relação - distinta, porém não ambivalente - entre o processo de escolarização das crianças na idade de 4 a 6 anos em espaços de jardins-de-infância e relação com a assistência à infância no estado paranaense, em instituições de atendimento como asilos, abrigos, educandários, escola maternal, etc. A questão de fundo relaciona-se com a multiplicidade de infâncias vivenciadas em locais de educação diferenciados segundo as condições sócio-econômicas, culturais da vida das crianças e de suas famílias, em determinado contexto histórico. Sobre isso, vale a seguinte observação: a idéia de infância com a qual opero segue na perspectiva de uma construção social, “como conjunto mutável de idéias” (Cunningham, 1997, p.7), uma vez que durante séculos existiram modos, significados e valores distintos na experiência da infância.

As primeiras iniciativas dos jardins-de-infância públicos no Paraná: história e discursos

A inauguração dos primeiros grupos escolares paranaenses no início do século XX é reveladora de como os jardins-de-infância aparecem, por meio dos relatórios de instrução pública, no enalço da implementação dos grupos escolares, assim como anexos aos espaços das Escolas Normais.

A inauguração dos grupos escolares “Xavier da Silva”, em Curitiba, e “Vicente Machado”, em Castro, da escola “Jardim da Infância”, no antigo edifício da Escola Normal, transformado para esse fim, a construção, na cidade de Palmeira, da casa escolar “Jesuino Marcondes” e principalmente

a equiparação do curso Ginásio Paranaense ao do Ginásio Nacional, demonstram cabalmente a atenção e o carinho votado a este ramo do serviço público (Relatório do secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Bento José Lamenha Lins, ao presidente do estado do Paraná, Vicente Machado da Silva Lima, 1905, p. 12).

No encerramento de 1905, estavam já concluídas as obras mandadas executar pelo governo no antigo edifício do Ginásio Paranaense para lá receber a primeira “Escola Jardim da Infância”, segundo informava o relatório do diretor geral da Instrução Pública Arthur Pedreira de Cerqueira. E em 1906 foi então inaugurado o primeiro jardim-de-infância público do estado anexo ao Ginásio Paranaense em Curitiba, com a matrícula de 60 crianças e sob a direção da professora Maria Francisca de Miranda, que tinha viajado a São Paulo para conhecer de perto a experiência do jardim da Escola Normal Caetano de Campos. A aceitação deste primeiro estabelecimento infantil paranaense era expressa por meio do parecer do diretor geral da Instrução Pública.

Este estabelecimento de ensino teve enorme aceitação, sendo insuficiente, por falta de lugares, para atender aos pedidos de muitos pais de família. A idéia da criação deste instituto de ensino foi tão feliz e tem por tal forma correspondido aos seus fins, que necessário se torna a fundação de outros para satisfazer os desejos da população (Relatório do diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do Paraná, Bento José Lamenha Lins, 1906, p. 5).

Em função da boa aceitação do jardim-de-infância pela sociedade paranaense, posição justificativa do inspetor escolar da Capital, esta autoridade avaliava que outros estabelecimentos do mesmo gênero deveriam ser providenciados principalmente para atender uma demanda mais pobre da população.

Este estabelecimento foi freqüentado durante o ano por 60 crianças de ambos os sexos, todas de pouca idade. Os jardins da infância têm produzido importantes resultados, especialmente na Alemanha; portanto sou de parecer que devem ser abertos outros jardins da infância, *onde as criancinhas principiam a travar conhecimento com os primeiros rudimentos do ensino pedagógico, de comum com as diversões peculiares de sua idade*. Venham mais e mais jardins da infância, sobretudo *para os filhos dos rústicos e dos operários, os que mais precisam alijar os defeitos de educação recebidos do lar*. O único que existe é insuficiente e somente freqüentado por crianças de famílias ricas e que se furtarão de ombrear com os filhos dos proletários. No dia 1.º de Dezembro realizou-se o encerramento das aulas do Jardim da Infância, dirigido carinhosamente

pela professora D. Maria Correia de Miranda em companhia de D. Maria Deolinda de Assumpção. O festival realizado ali, por ocasião do encerramento das aulas, não poderia ser mais atraente, tal a delicadeza do programa posto em execução (Relatório do inspetor escolar da Capital ao diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, AP Livro 54, 1906, p. 23; grifos meus).

Como demonstra o trecho acima, a defesa de abertura de jardins-de-infância revela o olhar para uma criança que deve deparar-se com o ensino, ocupar-se de diversões próprias à sua condição infantil. Egle Becchi, em artigo sobre “Infantologie del Novecento” (de 1997), afirma que o século XX, comemorado como “da criança”, é portanto o século no qual a criança passa de classe, de idade, de categoria demográfica e civil a sujeito sempre mais individualizado, governado, formado, estudado.

É também expressiva no trecho do relatório acima a solicitação de mais e mais jardins-de-infância e as finalidades que estas instituições deveriam assumir: destinar-se principalmente para os filhos dos “rústicos” e “operários”, a fim de que estes estabelecimentos exercessem o papel civilizador, reparador, de “alijar os defeitos trazidos da casa”.

Marcos Cezar de Freitas (2005) examina a aproximação entre antropologia e educação e discute, a partir de textos de educadores e pensadores sociais, como “muitas vezes foi o eufemismo com o qual o homem da ciência esquivou-se de dizer ‘rústico’, ‘arcaico’, ‘primitivo’”. Expressões estas que se revestiram de “cientificidade com as quais se queria dizer, simplesmente, “pobre ou aluno pobre” (Freitas, 2005, p.9).

As fontes descrevem uma recepção positiva que o primeiro jardim na Capital teria provocado e, nesta direção, outro estabelecimento deste mesmo gênero passaria a ser aguardado. Tal informação pode ser encontrada no relatório do diretor geral da Instrução pública em 1908:

A Escola Jardim da Infância continua a prestar relevantes serviços à instrução; e a sua aceitação tem sido tão grande, que se impõe a necessidade da criação de mais outros estabelecimentos deste gênero em outros pontos da Capital e mesmo do estado (Relatório do diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do Paraná, Luiz Antonio Xavier, 1908, p. 6).

Em 1909, iniciou-se a construção de um segundo jardim-de-infância público do estado, o “Jardim da rua Silva Jardim”, junto ao Grupo Escolar “Xavier da Silva”, em Curitiba. O secretário de Obras Claudino Rogoberto dos Santos comunicava que

foram abertas as propostas apresentadas para a construção de um Jardim da Infância, a rua Silva Jardim, contíguo ao grupo escolar Dr. Xavier da Silva. Apresentaram-se três concorrentes, sendo lavrado contrato com os Srs. Germano Strobel & Filho, por ser a proposta mais vantajosa. O contrato foi assinado em 25 do mesmo mês, devendo estar concluído no prazo de três meses e pela importância de rs.9:700\$000 (Relatório do secretário de Obras Públicas e Colonização, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, ao presidente do estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, sobre o ano de 1909, publicado em 1910, p. 59-60).

Com decreto de 1910, o presidente do estado nomeou a equipe para assumir o recém instalado jardim-de-infância.

A normalista d. Joanna Falce, d. Iracema Doria e d. Rosalina Vieira de Castro para exercerem os cargos de diretora da escola Jardim da Infância, recentemente construída à rua Silva Jardim, de professora de piano e de guardiã, na ordem em que se acham os seus nomes colocados (Decreto nº 600, de 28 de dezembro de 1910).

Em 1910, o novo espaço de escola infantil estaria prestes a funcionar, tendo ocorrido a sua inauguração em 1911. Mais tarde, este segundo jardim, situado à rua Silva Jardim, em Curitiba, se transformaria em “Jardim da Infância Emília Ericksen”.

O edifício mandado construir o ano passado à rua Silva Jardim, desta Capital, e destinado á outra escola “Jardim da Infância”, acaba de ser concluído e deve ser inaugurado no próximo mês de Janeiro, tendo já sido nomeado o respectivo corpo docente e administrativo. Em relação ao antigo, situado à rua Aquidaban, tenho a registrar, com profundo pesar, o falecimento da sua digna e esforçada diretora d. Maria Francisca Corrêa de Miranda, a quem aquele instituto deve inegavelmente relevantes e inolvidáveis serviços (Relatório do diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do Paraná, Luiz Antonio Xavier, 1910, p. 62).

Porque teria o segundo jardim-de-infância sido renomeado de “Emília Ericksen”? Um tributo a quem? Este jardim recebeu tal denominação em homenagem a Emilia Ericksen¹, a professora normalista que residia na cidade paranaense de Castro quando, em 1862, teria sido criado o primeiro espaço de jardim-de-infância, particular, do Brasil².

Em 1862, quando a cadeira de 2ª ordem foi extinta, por medida de economia do governo da Província, Emilia Ericksen assumiu o cargo de professora de primeiras letras, muito mal pago. Continuou com sua escola, que funcionava como um internato e instalou o Jardim de Infância, destinado a crianças em idade pré-escolar dos 4 a 6 anos (Lavalle, 1992, p. 30).

Neste início de século XX, apesar de funcionarem na Capital do estado dois jardins-de-infância, no plano legal não havia previsão destes estabelecimentos de educação, a não ser a indicação da possibilidade de criação de uma “Escola Maternal Modelo” destinada às crianças de 4 a 7 anos que não fora instituída nos termos previstos. Os jardins surgiram em texto legal de 1907 como um nível de ensino próprio. De modo diferente foi contemplada esta escola infantil em legislação de 1909, em que pertenciam os jardins-de-infância ao ensino primário, como a primeira etapa do ensino primário, seguido do curso elementar e complementar.

De um modo ou de outro, separado ou fazendo parte do ensino primário, observa-se, neste período dos anos 10 do século passado, que se avaliava que um dos papéis exercidos pelos jardins públicos do estado seria corrigir “certos defeitos peculiares á idade infantil” e que os exercícios ginásticos poderiam proporcionar a correção destes defeitos. É visível a tensão na concepção negativa e positiva da infância, apresentando um corpo infantil com defeitos e ao mesmo tempo um corpo infantil que pode ser “curado”, “corrigido”. No jardim-de-infância, afirmava o Delegado Fiscal Escolar,

¹ Emília Ericksen nasceu em Pernambuco, em 1817. Mudou-se com a família para Santos, em 1827, e lá se casou com um marinheiro dinamarquês. Depois de viver por anos na Europa, voltou ao Brasil e instalou-se em Castro, no Paraná, em 1856. Aos 41 anos, em 1858, tornou-se professora primária do estado do Paraná (cf. Dorfmond, L., “Emilia Ericksen: pioneira do ensino pré-primário no Paraná”, manuscrito, 1966, Acervo do Grupo Escolar Xavier da Silva).

² Embora a ação de Emilia Ericksen no Paraná, com seu jardim aberto na cidade de Castro em 1862, não tenha sido objeto específico de estudo aprofundado e, portanto, não tenha adentrado a “literatura de história da educação e da infância brasileira”, há consenso em torno da primeira iniciativa de jardim-de-infância no Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro em 1875, por exemplo, segundo trabalhos de Soares (1920), Kishimoto (1990), Kuhlmann Jr. (1994) e Bastos (2001). Entende-se que rever os consensos e provocar novas descobertas em torno das primeiras iniciativas de jardins-de-infância no Brasil pode constituir-se em um bom veio de investigação a ser explorado por estudiosos da história da educação e da infância.

procura-se corrigir certos defeitos peculiares á idade infantil, como a zagueira, o latibilatismo e outros, assim como proporciona-se por meio de exercícios de ginástica racional a educação física, indispensável ao desenvolvimento dos órgãos e aparelhos em incipiente formação (Relatório do delegado fiscal da 1ª Circunscrição Escolar, Laurentino de Azambuja, ao diretor geral da Instrução Pública do Paraná, Arthur Pedreira de Cerqueira, 1908, p. 65).

As reflexões de Egle Becchi auxiliam nas análises deste binômio negativo e positivo em torno da infância. A pesquisadora, ao examinar “l’Ottocento” na obra organizada por ela e Dominique Julia (*Storia dell’infanzia*, de 1996), esclarece que as definições e redefinições no curso do século XVIII na Europa ampliaram os espaços à medida própria das crianças, adequações a sua jornada, em casa ou na escola, lugares onde as crianças pudessem encontrar-se para jogar e assistir a espetáculos, experiências estas que conviviam também com cenas pouco mutantes dos séculos de infância dos pobres, como espaços aglomerados para as crianças junto aos adultos, sem mobiliário próprio para elas, sem vestimentas e brinquedos e muitas vezes destinadas a viver perambulando pelas estradas. Becchi, ao analisar a materialidade e os bens culturais para a infância nesse período europeu, afirma ser o “corpo infantil o grande centro, positivo e negativo, das mudanças da infância no oitocentos” (Becchi, 1996, p. 153; minha tradução). Era um corpo curado e descuidado, mas também e, sobretudo um “corpo endireitado”, um corpo apreciado, mas também disciplinado até a sua humilhação, um corpo exercitado e feito a crescer com cuidado e suportes (cf. Becchi, 1996, p. 153). A justificativa para tais práticas com as crianças, lembra Becchi, se inscrevem em uma “pedagogia tipicamente oitocentesca que era prevalentemente ortopédica”, cujo corpo infantil era mostrado e feito a ver, regulado e exibido, um corpo infantil crescido e desenvolvido graças aos múltiplos exames antropométricos (cf. Becchi, 1996, p. 153-154).

Mesmo se tratando de realidades distintas entre a Europa do Oitocentos e o Brasil, em especial o Paraná do Novecentos, o que se pretende demarcar são os fios argumentativos em torno da representação da infância, valores e símbolos de sua materialidade. Com as palavras de Becchi ao chamar a atenção para as significações negativas e positivas da infância, das marcas de uma pedagogia ortopédica, pode-se depreender os vestígios destas representações descritas pelo delegado escolar sobre a finalidade do jardim-de-infância paranaense de corrigir os defeitos peculiares desta idade infantil com os exercícios de ginástica racional. Esta negatividade ao falar da infância

pode ser explicada também pela própria origem etimológica da palavra. “Infância”, “infante” derivam de *infans*, “que não pode falar”, “quem ainda não é capaz de emitir palavras”. Para Becchi, porém, não se trata de uma metonímia pura e simples, porque é expressa em negativo; ela afirma ser uma “metonímia com valor de lítotes” (cf. Becchi, 1994, p. 64).

A relação entre infância e ortopedia também é contemplada na análise de Marta de Carvalho, que, ao sugerir que a “proliferação dos discursos que, no Brasil, nas primeiras quatro décadas do século XX, buscaram legitimar-se enquanto saber pedagógico de tipo *novo, moderno, experimental e científico*”, propõe investigar duas modalidades de constituição da infância como objeto de intervenção disciplinar e para isso dispõe-se a trabalhar “com duas metáforas da disciplina — disciplina como ortopedia e disciplina como eficiência” (Carvalho, 1997, p. 269-270).

A perspectiva posta em circulação no Paraná no início do novecentos era que, nos jardins-de-infância, nas escolas maternas, o ensino não representava quase nada, a educação era avaliada como tudo. E em que consistia tal educação? Segundo matéria do *Diário da Tarde* sobre os jardins-de-infância, consistia no momento em que a criança era “entregue” aos cuidados da professora, justamente na “idade em que sua índole” não era “viciada” por uma “falsa educação” e que por meio dos “métodos efetivos” fazia-se “milagres” e conservava-se “fora de um ambiente perturbador o seu tempo de atividade mental”. O propósito desta educação era o preparo de uma “infância melhor, moralmente sadia, com o lastro de bondade, delicadeza e disciplina necessárias para tornar fácil no dia seguinte o trabalho da instrução e o cunho definitivo de caráter que o mestre da escola primária poderá lhe imprimir, sem receio de que este seja desfeito por influência” (Jardins da Infância, *Diário da Tarde*, 30 de agosto de 1910).

De tantas observações que podem aqui ser feitas, destaco a presença de uma concepção oriunda da tradição filosófica e literária romântica européia, que tem Rousseau como legítimo representante, que funda uma filosofia da natureza humana e da convivência civil sobre uma nova idéia de infância personalizada no Emílio, figura que é acolhida e atualizada no início do Oitocentos na Europa, não só no plano operativo, mas também como dispositivo conceitual para enfrentar as temáticas da natureza e da cultura, do homem individualmente e em sociedade (cf. Becchi, 1996, p. 132). Os trechos acima —

sobre as finalidades dos estabelecimentos para as crianças a fim de propiciar uma melhoria na infância e mantê-la sadia, curada, protegida e as representações das peculiaridades desta idade infantil, como momento em que a índole não estaria viciada, distante dos males e perturbações sociais — demarcam em parte este universo conceitual de uma infância que fora bem representado pela utopia social europeia do século XVIII, em que, segundo Becchi (1996), a infância foi pensada como aquela figura fundamentalmente de um universo sobre-humano e transcendente, da qual era um sinal crianças em estado puro, selvagens reais, sujeitos não tocados pelas intervenções humanas socializantes ou imbecis. O modelo de um mundo unitário inalcançável para o homem, na qual à primeira idade se retorna de fato, pesquisando os traços de uma época originária, fabulosa e perdida do próprio existir. Egle Becchi recorre aos textos de Jean Paul Herder e J. P. Richter e aponta que o mundo infantil deveria ser mantido ativo e jubiloso e este seguido no jogo, na dança, na música, que faz retornar ao mundo dos mortais, e assim “a infância segue preservada dos males, graças a uma idônea pedagogia”, que neste período era exercitada, sobretudo no ambiente da casa. (cf. Becchi, 1996, p. 138).

Entendo que as descrições colhidas da matéria jornalística sobre os jardins-de-infância e as crianças em tenra idade comungam, em parte, deste ideário infantil de uma índole ainda não viciada e poluída pelos males sociais. Mas observa-se também o propósito do ideário republicano civilizador de transformar os pequenos bárbaros em sujeitos educáveis, por meio de métodos apropriados a esta infância, mediados pela educação dos sentidos e pela condução das “mãos” particulares de uma mestra, para a qual era considerado indispensável obter “um pendor natural, uma delicadeza materna, sem falarmos na compreensão exata da missão do jardim da infância”.

A criação de mais um jardim-de-infância no Paraná não eximiu o governo do estado de críticas da imprensa quanto ao número tão reduzido de estabelecimentos desta natureza. “Os Jardins da Infância que por ali existem, em numero tão limitado, constituem antes matéria de curiosidade, do que processos generalizados, influenciando sobre a instituição da extrema puerícia” (Os jardins da infância, *Diário da Tarde*, 14 de fevereiro de 1911).

Na passagem dos anos 10 para os anos 20 do século passado, o número de jardins-de-infância no Paraná, segundo dados de relatórios de governo, passou de três para quatro.

Até 1918, tinham-se os dois jardins da Capital, o “Maria de Miranda” e o “Emilia Ericksen”, e o da cidade de Ponta Grossa³. Em 1920, funcionavam os jardins já mencionados, acrescidos do jardim “Professor Décio”, instalado em Paranaguá (cf. Relatório do inspetor geral do Ensino, Cesar Pietro Martinez, ao secretário geral de Estado do Paraná, Marins Alves de Camargo, sobre o ano de 1920).

Com o funcionamento de quatro jardins no Paraná, reclamava-se a construção e ampliação destes estabelecimentos pela cidade e a difusão destas escolas infantis diante da grande demanda existente de crianças em tenra idade. “O ideal seria o funcionamento de um anexo a cada grupo. Ao menos, porém, conviria, em Curitiba, o estado criar mais dois” (Jardins da Infância, *Diário da Tarde*, 22 de agosto de 1924). Era deveras significativa tal solicitação de Raul Gomes publicada no diário paranaense, visto que revelava o anseio coletivo de organização de estabelecimentos educacionais para as crianças pequenas no Paraná, acalantado junto aos grupos escolares.

Para se ter um breve panorama dos estabelecimentos de ensino infantil em funcionamento no Paraná em fins dos anos 20 do noventa, apresento os seguintes dados. Ao lado dos jardins-de-infância mantidos pelo estado, existiam mais cinco jardins em colégios particulares: da Divina providência, da Sagrada Família, da rua Inácio Lustosa e de Santa Felicidade, na cidade de Curitiba, e, em Ponta Grossa, o jardim do Colégio Batista (ver Quadro a seguir).

Quadro 1
Jardins-de-infância públicos e particulares
Estado do Paraná
1926

Jardins-de-infância públicos			
Na Capital	Alunos	No Interior	Alunos
Jardim Emilia Ericksen	134	Jardim de Ponta Grossa	61
Jardim Maria de Miranda	152	Jardim de Paranaguá	89
Jardim Asylo São Luiz	55		
Subtotal de alunos: 491			
Jardins-de-infância particulares			
Na Capital	Alunos	No Interior	Alunos
4 Jardins	235	1 Jardim	30
Subtotal de alunos: 265			
Total de alunos: 756			

³ Criou-se em Ponta Grossa, por meio do Decreto nº 11, de 4 de janeiro de 1918, uma escola intermediária e um jardim-de-infância em Ponta Grossa.

Fonte: Mensagem do presidente do estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, ao Congresso Legislativo do Paraná, Curitiba, 1º de fevereiro de 1927, p. 195-196.

Constata-se que havia certa diversidade no atendimento às crianças pequenas no Paraná neste período derradeiro da década de 20, tanto do ponto de vista da natureza da instituição de atendimento às crianças, como da diferenciação no público a compor estes ambientes educativos. Reveladores desta diversidade e distinção educativa são os dados apresentados em 1929 pela mensagem do presidente Affonso Alves de Camargo ao Legislativo estadual, na qual se afirmava terem sido criados mais dois jardins-de-infância públicos, um na cidade de Jacarezinho e outro em União da Vitória, junto aos já em funcionamento na Capital (como por exemplo: “Emilia Ericksen”, “D. Pedro I”, “Curso Infantil anexo à Escola Normal Secundária⁴”) e no Interior, como em Paranaguá, Ponta Grossa, Guarapuava e Foz do Iguaçu, jardins-de-infância que funcionavam paralelamente aos asilos infantis e as escolas maternas, como por exemplo o “Asylo S. Luiz”, a “Escola Maternal da Sociedade de Socorro aos Necessitados⁵”, o “Abrigo de Menores”. (cf. Mensagem do presidente do estado, Affonso Alves de Camargo, ao Congresso Legislativo do Paraná, 1929, p. 129-130).

Importante demarcar que essas breves indicações da história da educação infantil paranaense, expostas até aqui, contrastam radicalmente com conclusões de outros trabalhos, em especial o de Ângela Lara (2006), no qual estabelece que o objetivo reside em “discutir os aspectos que deram origem à educação infantil no estado do Paraná, bem como a relação do contexto econômico-político-social brasileiro no período de 1904 a 1940 e suas implicações” (Lara, 2006, p.211). A autora afirma que “somente em 1909 é que foi inaugurado o jardim-de-infância Campos Salles, o segundo no país, pois o Paraná desde 1904 já possuía o seu primeiro”. (Lara, 2006, p.211). Há inúmeros equívocos aqui: o primeiro jardim-de-infância público do Brasil, instituição bastante conhecida e divulgada na área de história, refere-se ao jardim anexo à Escola Normal Caetano de Campos, na cidade de São Paulo, instalado em 1896 (Kuhlmann Jr, 1998, 2001). Na virada do século

⁴ O antigo “Jardim da Infância Maria de Miranda” passou a funcionar com a denominação de “Curso Infantil”, anexo à Escola Normal Secundária (cf. Mensagem do presidente do estado, Affonso Alves de Camargo, ao Congresso Legislativo do Paraná, 1929, p. 130).

⁵ Esta escola da Capital foi criada pela Lei n.2.403 de 23 de março de 1926, a qual deveria ser instalada em 1927. Era composta por três seções: creche, jardim e curso doméstico. (Mensagem do Presidente do Estado, Affonso Alves de Camargo, ao Congresso Legislativo do Paraná, 1929, p. 130).

XIX e início do século XX, são organizados alguns jardins-de-infância pelos estados brasileiros e o Paraná, em meio a tal contexto, constituiu o seu primeiro jardim em 1906, conforme já se apresentou anteriormente neste texto.

Ângela Lara, no mesmo trabalho, apresenta uma confusão conceitual quando afirma que “com base no decreto de nº 93, de 11 de março de 1901, que regulamentou a instrução pública do estado, governado por Francisco Xavier da Silva, podia-se descrever como se apresentava a situação do ensino nos jardins-de-infância” (p.214) e para isso faz referência ao parágrafo único do regulamento do estado de 1901: “não serão admitidos a matrícula: 3. As crianças menores de cinco anos de idade, exceção feita quanto a Escola Maternal Modelo” (Paraná, 1905 apud Lara, 2006, p.214). Tanto do ponto de vista legal como de dado de realidade não existia, em 1901, nenhum jardim-de-infância público no estado. Especificamente quanto à legislação, o regulamento de 1901, referido pela autora, estabelece o seguinte: a instrução pública no estado era constituída de ensino primário; ensino normal (realizado na Escola Normal da capital); ensino secundário e previa-se a criação de uma Escola Maternal Modelo⁶, destinada às crianças de 4 a 7 anos. Vale lembrar que a previsão de criação de uma escola maternal (que só fora edificada em Curitiba em 1928), não significa sinônimo de jardins-de-infância. São instituições distintas, com finalidades e trajetórias históricas distintas. A primeira vez que surge na legislação “ensino infantil” é em 1907, por meio do decreto nº 479 de 10 de dezembro desse ano e nele se inscreve que o ensino infantil seria ministrado no jardim-de-infância da capital (de 1906) e em outros congêneres que fossem criados.

Considerações finais

Os objetivos para o jardim-de-infância previstos na legislação dos anos 10 do século XX orientavam para a finalidade de preparar as crianças por meio do “desenvolvimento dos sentidos”, para “iniciar com vantagem o estudo primário, aproveitar as aptidões”, modificar a “índole”, formar o “caráter” e despertar e auxiliar “o desenvolvimento das faculdades físicas, morais e intelectuais”. (Decreto Nº 479, 1907). Já o Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado do Paraná previa, em 1909, que os objetivos para o jardim-de-

⁶ Para saber mais, ver LUC, Jean-Noël. *La petite enfance à l'école, XIX^e- XX^e siècles. Textes officiels relatifs aux salles d'asile et aux écoles maternelles, présentés et publiés*. Paris, Economia-INRP, 1982, 391 p.

infância seriam os de “secundar a preparação da primeira infância, dirigida essencialmente pela família de cada aluno. De acordo com sua natureza e destino, será de ordem fundamental moral e estética, apenas comportando, além disso, os rudimentos do ensino concreto limitado às lições de coisas”. (Decreto nº510, 1909).

Vera Valdemarin (1998) assinala que no final do XIX, na Europa, a chave para desencadear a pretendida renovação do ensino era a “adoção de um novo método: concreto, racional e ativo, denominado *ensino pelo aspecto, lições de coisas ou ensino intuitivo*, que é assim definido por um de seus elaboradores”. Acresce que “este nome de método intuitivo corresponde ao método experimental em uso quando se pretende os graus mais elevados do ensino. A experimentação é um procedimento aperfeiçoado de observação” (Valdemarin, 1998, p.70, grifos do texto original). Era patente a prescrição da adoção do método intuitivo para os jardins-de-infância e o programa para a escola infantil voltava-se para “lições de cousas”, “canto”, “recitação”, “desenho”, entre outros conteúdos, fruto da repercussão internacional que perpassou também pelo Brasil sobre a importância da adoção do método intuitivo e dos efeitos que tal medida traria à renovação da instrução pública.

Patrascoiu (1911) registra que já no século XVII o ensino intuitivo teve o seu primeiro partidário, Juan Amos Comenio (1592-1671), que defendia o ensino às crianças segundo “las cosas por las mismas, no por su sombra” (Comenius apud Patrascoiu, 1911, p.225). O movimento iniciado por Comenius em favor do ensino intuitivo encontrou entusiastas na Alemanha. No princípio do século XIX, a intuição despertou entusiasmo geral no mundo escolar, segundo informa Patrascoiu (1911), especialmente devido à propaganda audaz e assídua de H. Pestalozzi (1746-1827). Este publicou em 1813 o *Livro de las madres*, que aconselhava às mães o modo como ensinar seus filhos a “observar e falar”. Poder-se-ia também incluir Herbart, com o seu “ABC” da intuição, o qual teria fundado, segundo o compêndio em questão, o conceito de “novo ensino”. Ao que tudo indica, o problema não estaria de todo resolvido para a escola primária com a instituição destes conceitos, pois ainda se perguntava qual seria o ponto inicial para os exercícios intuitivos e qual seria o seu término. Em outras palavras, perguntava-se qual seria a marcha gradual deste novo ensino. Demarca-se aqui, por ora, que Pestalozzi estipulou como ponto de partida para este ensino intuitivo o próprio corpo humano. No curso histórico, o ensino intuitivo recebeu uma infinidade de nomes distintos: ensino objetivo, sensível, pelos sentidos, pelo aspecto,

lições de coisas, etc (Patrascoiu, 1911, p.229). Segundo o manual pedagógico, *Curso Completo de Metodologia* (1911), do mesmo autor, o ensino intuitivo teria um triplo valor: “educativo, instructivo y didáctico” (Patrascoiu, 1911, p. 230).

No plano político e simbólico, os discursos (oficiais e da imprensa) em torno da constituição de jardins-de-infância no estado expressam parte do repertório que circulava a época - esses estabelecimentos, junto aos grupos escolares no ensino primário, compunham a pauta republicana que designava à instrução o posto de reparadora dos males sociais causados pelo analfabetismo e a função de instrumento de formação moral e cívica. Mas junto a isso, destaco também que se inicia uma preocupação com os tempos do aprender das crianças, com os métodos e materiais destinados a elas, a instauração de um lugar de educação da infância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, M. H. C. Jardim de Crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). In MONARCHA, C., org. *Educação da infância brasileira 1875-1983*. Campinas: Autores Associados/Fapesp, . 2001p. 31-80 (Coleção Educação Contemporânea).
- BECCHI, E. Infantologie del Novecento. In VETECCHI, Benedetto (a cura di). *Il secolo della scuola: l'educazione nel Novecento*. Prima ristampa. Firenze: La Nuova Italia, 1997, p. 21-40.
- BECCHI, E. L'Ottocento. In BECCHI, Egle & JULIA, Dominique (a cura di). *Storia dell'infanzia*. Vol. 2: Dal Settecento a oggi. Roma-Bari: Laterza, 1996, p. 132-206.
- CARVALHO, Marta M. C. de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In FREITAS, M. C. de. (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Autores Associados/USF, 1997, p.269-287.
- COSTA, Angela M. da & SCHWARCZ, Lilia M. (orgs). *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- CUNNINGHAM, Hugo. *Storia dell'infanzia*. Bologna: Mulino, 1997.
- FREITAS, Marcos Cezar de. *Alunos rústicos, arcaicos & primitivos: O pensamento social no campo da educação*. São Paulo: Cortez, 2005.
- KISHIMOTO, T. M. A pré-escola na república. *Pro-Posições*. Campinas: Ed. Unicamp, vol. 3, dez., 1990, p.55-66.
- Kuhlmann Jr, M. *Infância e Educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: mediação, 1998.
- KUHLMANN Jr, M. O jardim-de-infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, C. (org.) *Educação da infância brasileira, 1875-1983*, 2001, p.3-30.

KUHLMANN JR., M. O Jardim da Infância Caetano de Campos. In REIS, M. C. D., org. *“Caetano de Campos”: fragmentos da história da instrução pública em São Paulo*. São Paulo: Associação de Alunos do IECC, 1994, p. 61-72.

LARA, Ângela m. de B. Apontamentos históricos sobre a educação infantil no estado do Paraná, 1904-1940. In: SCHELBAUER, A.; LOMBARDI, J.; MACHADO, M. (orgs). *Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia*. São Paulo: Autores Associados, 2006, p.211-239.

LAVALLE, A. M. *“Nos tempos da Província”: Emília Ericksen e o ensino em Castro*. Castro: Arquivo Público Municipal de Castro, 1992.

PATRASCOIU, J. 1911. *Curso completo de metodología*. Buenos Aires: Librería de A. Garcia Santos.

VALDEMARIN, Vera Teresa. *Estudando as Lições de Coisas*. São Paulo: Fapesp/Autores associados, 2004.

Relatórios, ofícios e mensagens

Relatório do delegado fiscal da 1ª Circunscrição Escolar, Laurentino de Azambuja, ao diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, 1908.

Relatório do diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Bento José Lamenha Lins, 1906.

Relatório do diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Luiz Antonio Xavier, sobre o ano de 1908, publicado em 1909.

Relatório do diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Luiz Antonio Xavier, 1910.

Relatório do inspetor escolar da Capital, Sebastião Paraná, ao diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, 1906.

Relatório do inspetor geral do Ensino, Cezar Pietro Martinez, ao secretário geral de Estado do Paraná, Marins Alves de Camargo, sobre o ano de 1920, assinado em janeiro de 1921.

Relatório do secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Bento José Lamenha Lins, ao presidente do estado do Paraná, Vicente Machado da Silva Lima, 1905.

Relatório do secretário de Obras Públicas e Colonização, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, ao presidente do estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, sobre o ano de 1909, publicado em 1910.

Mensagem do presidente do estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, ao Congresso Legislativo do Paraná, Curitiba, 1º de fevereiro de 1927.

Mensagem do presidente do estado, Affonso Alves de Camargo, ao Congresso Legislativo do Paraná, Curitiba, 1929.

Decretos e Leis

Decreto nº93, de 11 de março de 1901.

Decreto nº 479, de 10 de dezembro de 1907.
Decreto nº 510, de 15 de setembro de 1909.
Decreto nº 600, de 28 de dezembro de 1910.
Decreto nº 11, de 4 de janeiro de 1918.
Lei n.2.403 de 23 de março de 1926.

Artigos de jornais

Jardins da Infância. *Diário da Tarde*, 30 de agosto de 1910.

Os jardins da infância, *Diário da Tarde*, 14 de fevereiro de 1911

Jardins da Infância. *Diário da Tarde*, 22 de agosto de 1924.